

PROJETO ICCA

Mais Inteligência Coletiva
para uma Comunidade mais aberta

O Papel das Políticas de Inovação e das Iniciativas de Empreendedorismo Social

O caso da cidade do Porto

Promotor:

Parceiros:

Lara Santos

Universidade Lusófona

Gina Santos

Universidade Lusófona

Renato Santiago

Universidade Lusófona

Objetivo: Este estudo explora a percepção pública e a experiência quanto às políticas de inovação que potenciam o dinamismo de iniciativas de empreendedorismo social existentes na cidade do Porto, enquanto reforço da criação de valor social.

Design: Estudo qualitativo compreendido por um *focus group*, e parte integrante de um projeto macro e experimental, denominado por projeto ICCA - Mais Inteligência Coletiva para uma Comunidade mais aberta, centrado na cidade do Porto, dinamizado pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, com o apoio do Programa *Active Citizens Fund* e coordenado pela Fundação Calouste Gulbelkian.

Cenário: O *focus group* decorreu na Sala da Vereação da Câmara Municipal do Porto, tendo sido gravado o som.

Participantes: Os participantes (n=9) são todos residentes na cidade do Porto e representantes de organizações públicas e privadas que desenvolvem projetos de inovação e de empreendedorismo social.

Resultados: Análise qualitativa revelou quatro grandes temas: (1) necessidade de foco nas políticas públicas; (2)

a necessidade de comunicação (ouvir os *stakeholders*) e de interligação entre atores para proporcionar sinergias; (3) a necessidade da autossustentabilidade e da avaliação dos projetos; (4) a necessidade da capacitação das organizações com mais e novos recursos. Muitos participantes, principalmente os técnicos/dirigentes de organizações sem fins lucrativos, reportaram o estigma existente em relação às causas sociais, alicerçado no paradigma dos subsídios vs prestação de serviço, defendendo os problemas sociais como sendo responsabilidade de todos. Reforçaram ainda questões ligadas à agilidade nos financiamentos e o reforço da participação ativa.

Conclusões: É necessária a criação de um ecossistema de base territorial (público e privado) em termos de programação de iniciativas de empreendedorismo social para reforçar a participação cívica da população e consequentemente, a criação de valor social.

01. INTRODUÇÃO

Atualmente é difícil encontrar uma região (ou um país) que não promova políticas de inovação e alguma forma de empreendedorismo (Audretsch et al., 2008; Skuras et al., 2005). As políticas de inovação e as iniciativas de empreendedorismo social desempenham papéis essenciais no desenvolvimento económico e social de uma sociedade. Ambas procuram promover mudanças positivas, impulsionar a criatividade e abordar desafios complexos.

As políticas de inovação referem-se a estratégias, diretrizes e medidas adotadas por governos, organizações e instituições para promover e incentivar a inovação em diversos setores da sociedade. Essas políticas têm como objetivo estimular o desenvolvimento económico, social e tecnológico, criar empregos, influenciar a dinâmica competitiva ao nível empresarial e sistémico e resolver desafios complexos por meio de soluções inovadoras, impulsionando a criatividade, a investigação e o desenvolvimento (I&D) (Freeman, 1992; Nelson, 1991).

As políticas de inovação, como estratégia de desenvolvimento em muitos países e regiões, podem abranger uma variedade de áreas, onde se incluem: investimento em I&D, educação e formação, infraestruturas tecnológicas, incentivos fiscais, colaboração entre setores público e privado, proteção da propriedade intelectual, criação de um ecossistema empreendedor, etc.

Importa salientar que a inovação se refere à introdução de algo novo ou à criação de novas maneiras de fazer as coisas e pode ocorrer em diversos contextos, incluindo tecnologia, negócios, ciência, serviços, processos, produtos, modelos de negócios e até mesmo em setores sociais. A inovação pode envolver a introdução de novas ideias, métodos, práticas, produtos ou serviços que trazem valor e melhoram a forma como as coisas são feitas.

Por seu turno, o empreendedorismo social tem assumido, nas últimas décadas, um protagonismo visível em vários domínios da sociedade (Gupta et al., 2020).

Constituindo-se um fenómeno mundial na procura de abordagens inovadoras para a resolução de questões sociais complexas, o empreendedorismo social tem sido considerado por muitos autores como um fator facilitador do crescimento do sector empresarial, tendo também no domínio do sector social assumido um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento deste sector (Cho, 2006; Dees, 1998; Gupta et al., 2020; Peredo & McLean, 2006; Santos, 2010; Shaw & Carter, 2007). O empreendedorismo social refere-se à aplicação de práticas empreendedoras para abordar e resolver problemas sociais, ambientais e comunitários. Ao contrário do empreendedorismo tradicional, cujo foco principal é o lucro financeiro, o empreendedorismo social procura gerar impacto positivo na sociedade. Esta abordagem envolve a criação e implementação de soluções inovadoras para desafios sociais, muitas vezes usando modelos de negócios sustentáveis.

As políticas de inovação e as iniciativas de empreendedorismo social são complementares, contribuindo para o crescimento económico e a melhoria das condições sociais de uma sociedade.

A sinergia entre estas abordagens pode resultar em soluções mais abrangentes e sustentáveis para os desafios enfrentados pela sociedade.

Este estudo faz parte integrante de um projeto macro e experimental, denominado Projeto ICCA – Mais Inteligência Coletiva para uma Comunidade mais aberta, centrado na cidade do Porto, dinamizado pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, com o apoio do programa *Active Citizens Fund*, coordenado pela Fundação Calouste Gulbenkian e tendo como parceiros a Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto e a Câmara Municipal do Porto. Trata-se de um projeto de monitorização e acompanhamento das políticas públicas, associado à garantia de um contexto de integração, inovação social, e prática sustentada de uma agenda de valor partilhado pelos diferentes atores económicos e sociais.

O projeto ICCA pretende contribuir para uma melhor perceção de como o conceito de comunidade aberta está estruturado na cidade do Porto e para um adequado acompanhamento das políticas públicas neste contexto.

Centrado no propósito do projeto experimental, este estudo procura responder às seguintes questões: (1) Como se caracteriza o ecossistema de inovação e empreendedorismo social da cidade do Porto? (2) Que atividades desenvolvem os principais atores em prol da inovação social e do fenómeno do empreendedorismo social? (3) Que recursos necessitam para que sejam capazes de cumprir com a sua missão? (4) Como se caracteriza o relacionamento e o nível de cooperação entre os principais atores?

Este estudo tem como objetivo explorar a perceção pública e a experiência quanto às políticas de inovação que potenciam o dinamismo de iniciativas de empreendedorismo social existentes na cidade do Porto, enquanto reforço da criação de valor social.

02. METODOLOGIA

Contexto da pesquisa e recolha de dados

Com uma população residente de um total de 240.592 habitantes (INE, 2022), a cidade do Porto (localizada no Norte litoral português) é um exemplo de um espaço territorial onde coexistem diferentes segmentos sociais, educacionais e profissionais. É igualmente, a cidade do Porto, um contexto de fronteira entre a valorização da tradição e a aposta na inovação, evidenciando condições de exceção para a implementação de um projeto deste género, centrado na inteligência coletiva como forma de evolução social.

Por forma a entender a perceção pública sobre as políticas de inovação e iniciativas de empreendedorismo social desenvolvidas na cidade do Porto, foi desenvolvido um *focus group*. O *focus group* foi organizado para explorar um conjunto específico de questões nas quais um moderador incentiva e dirige ativamente a interação do grupo (Barbour & Kitizinger, 1999). Este *focus group* contou com 9 participantes e decorreu na Sala de Vereação da Câmara Municipal do Porto, no dia 16 de Junho de 2023. Os participantes foram selecionados pelo seu envolvimento regular e experiência em projetos/ iniciativas de inovação e empreendedorismo social na cidade do Porto.

Para capturar toda a gama de público que participam e se envolvem neste tipo de iniciativas, incluiu-se participantes de uma ampla gama de cargos e especialidades, tanto do setor público como do setor privado (por exemplo, vereador e chefes de divisão da Câmara Municipal, representantes da Região Norte de Portugal Inovação Social, diretores técnicos e presidentes de organizações sem fins lucrativos, representantes de projetos de empreendedorismo social, gestores de projetos). Estes participantes foram selecionados pelo moderador do focus group e receberam um convite por parte da Santa Casa da Misericórdia do Porto para estarem presentes e participarem. Um risco potencial de selecionar estes entrevistados, que provavelmente já tiveram uma atitude positiva em relação ao envolvimento público quanto a iniciativas inovadoras e de empreendedorismo social, é que os dados podem demonstrar um cenário mais brilhante do que em qualquer outra parte do país. Ao perguntar explicitamente aos entrevistados sobre as barreiras que eles enfrentam no seu quotidiano e nas suas organizações, procurou-se mitigar esse possível viés.

Assim, os participantes eram todos adultos (maiores de 18 anos), residentes na cidade do Porto e técnicos/ dirigentes de organizações públicas e privadas que desenvolveram e/ou desenvolvem projetos de inovação e de empreendedorismo social na e para a cidade do Porto. O focus group foi organizado pela Santa Casa da Misericórdia do Porto e moderado por Carlos Brito, professor da Faculdade de Economia, da Universidade do Porto. Durante as discussões, os investigadores da Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto (UL-CUP) estiveram presentes, mas não tiveram qualquer intervenção. O *focus group* durou cerca de 90 minutos.

Os grandes tópicos para o *focus group* foram: visão sobre o ecossistema de inovação e empreendedorismo social; atividades desenvolvidas pelos atores em prol da inovação e empreendedorismo social; necessidade de recursos para o cumprimento da missão; relacionamentos e cooperação entre atores.

03. ANÁLISE

O *focus group* foi gravado em áudio e transcrito para codificação. A Santa Casa da Misericórdia do Porto solicitou a uma empresa externa os meios áudio para gravação e transcreveu os mesmos. Os investigadores da UL-CUP analisaram as transcrições qualitativamente, através de um processo de codificação em três estágios (Charmaz, 2006). Seguindo uma lógica de pesquisa abductiva (Ashworth et al., 2019; Schwartz-Shea & Dvora Yanow, 2012), os temas emergentes foram comparados com a literatura existente num processo iterativo que consiste em três etapas. Durante a primeira etapa da codificação inicial, as transcrições foram lidas linha por linha e codificadas, permanecendo o mais próximo possível dos rótulos e descrições que lhes foram dados pelos participantes (Charmaz, 2006). Em seguida, comparou-se os códigos iniciais e seu conteúdo, procurando diferenças e semelhanças. A segunda fase de codificação, mais focada, resultou no agrupamento dos códigos iniciais que cobrem conteúdos semelhantes e na sua recodificação com rótulos que melhor se ajustam ao seu conteúdo. Na terceira etapa da análise, o conteúdo das categorias foi comparado com a literatura. Conectou-se os temas às categorias teóricas mais amplas (Thornberg, 2012) derivadas da literatura. Os temas foram discutidos entre os investigadores envolvidos da UL-CUP (GS, LS e RS) e confrontados com o moderador.

Envolvimento público

O público não foi envolvido no desenvolvimento das questões de investigação, desenho da investigação e resultados de medida. As questões de investigação e o sumário do *focus group (policy brief)* foram desenvolvidos pelo moderador e enviados pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, por email, aos participantes para feedback e comentários. Os investigadores da UL-CUP elaboraram o desenho da investigação, resultados de medidas, analisaram as transcrições, aplicaram a grelha temática e desenvolveram os *policy papers*.

04. RESULTADOS

Em resposta às questões de investigação, a análise revelou quatro grandes temas:

- 1) Foco nas políticas públicas
- 2) Comunicação e interligação entre atores
- 3) Sustentabilidade e avaliação dos projetos
- 4) Capacitação das organizações na utilização de recursos.

Dentro de cada tema há uma série de subtemas substantivos que são posteriormente discutidos, complementados por citações indicativas.

Tabela 1. Temas de resposta às questões de investigação

Nr.	Questões de investigação	Temas
1	Caracterização do ecossistema	Foco nas políticas públicas
2	Atividades desenvolvidas	Sustentabilidade e avaliação dos projetos
3	Recursos necessários	Capacitação das organizações na utilização de recursos
4	Relacionamento e nível de cooperação	Comunicação e interligação entre atores

Fonte: Elaboração própria

Caracterização do ecossistema e foco nas políticas públicas

Muitos participantes referem que o Porto é uma das cidades da Europa onde existe uma das maiores concentrações de talento, conhecimento e inovação, criando assim um ecossistema propício à inovação e ao empreendedorismo.

Participante FP: “Em pouco mais de um km² trabalham e estudam diariamente cerca de 52.000 pessoas nas mais de 16 instituições de ensino superior (públicas e privadas), existem 26 centros de investigação, três instituições de saúde de referência e um dos mais dinâmicos parques de ciência e tecnologia, o qual alberga centenas de empresas inovadoras e start-ups de base tecnológica”. (...) Esta situação também é responsável por cerca de 20% de artigos científicos publicados a nível nacional e atrai mais de 70 milhões de euros anualmente em investimento competitivo.”

Participante HT: “(...) Temos um ecossistema robusto, com muita margem de produção pela positiva.”

Participante CO: “O Porto é uma cidade criativa e de gente com garra e com atitude.”

Participante RP: “O Porto é pioneiro na criação de um ecossistema de inovação social na sua dependência.”

Também acrescentaram os participantes que existem dois atores públicos importantes no ecossistema de inovação e de iniciativas de empreendedorismo social na cidade do Porto: o Centro de Inovação Social (CIS Porto) e a Rede Social tutelada pela Câmara Municipal do Porto. Através do CIS Porto e da Rede Social da Câmara Municipal do Porto foram desenvolvidas metodologias de trabalho (organizado e estruturado em rede), diagnóstico social e planos de desenvolvimento.

Participante HL: “No Porto temos o CIS Porto (Centro de Inovação Social) sendo uma iniciativa pública pioneira. (...) com o CIS Porto, a Câmara Municipal do Porto, e também porque tutela a rede social, (...) faz com que esta sinergia esteja muito mais aprimorada. E, portanto, a mobilização que tem havido para a área da inovação social no Porto, do meu ponto de vista, é um exemplo nacional.”

Referiram os participantes que o CIS Porto como política pública de inovação tem tido um papel essencial e tem funcionado como agente catalisador de sinergias da sociedade civil, dos agentes económicos e de um conjunto de parceiros sociais, estimulando o diálogo e a cooperação.

Participante FP: “Tem vindo a desenvolver todo um trabalho que mais recentemente culminou numa afirmação muito maior e que tem vindo a afirmar-se, mas que pode ser apontado como exemplo diferenciador daquilo que é especificamente o trabalho na afirmação e na colocação da inovação ao serviço da inovação social para resolver os problemas sociais e que não são tão poucos quanto isso.”

Por seu turno, mencionaram os participantes o papel que a Rede social tem desempenhado como promotor de políticas de inovação e de apoio a iniciativas de empreendedorismo social.

A Rede Social da Câmara Municipal do Porto, implementada no Município em 2007, é constituída por um conjunto de entidades que promovem respostas sociais, assim como por empresas do setor privado, num total de 296 entidades, entre as quais o Município do Porto e o Instituto de Segurança Social que, em conjunto, assumem a sua coordenação, as Juntas de Freguesia, os organismos públicos, as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), as organizações não governamentais, as fundações, as federações de jovens e as empresas que, em concertação, adotam uma nova forma de governança colaborativa, para a implementação da política social da cidade.

Participante FP: “Foi no âmbito da rede social que nós lançámos o convite às organizações a esta oportunidade e no âmbito da metodologia e da abordagem do que é a inovação social, nós queremos identificar o diagnóstico e o plano de desenvolvimento social, identificar problemas, identificar soluções, aquilo que é necessário fazer para resolver os problemas e, portanto, nós seremos investidores sociais das instituições que nos apresentem projetos para resolver estes problemas. E, só por isso, é que nós fomos o maior investidor. E, de facto, isso permitiu escalar. E, portanto, é a partir daqui que se cria todo um ambiente mais favorável.”

Participante HL: “As entidades da rede social acompanharam e aproveitaram e captaram muito bem este conceito da inovação social e, portanto, nós temos não só muitos projetos que são dinamizados na cidade.”

Os interlocutores apontam igualmente, o Portugal Inovação Social, programa português destinado à dinamização da inovação social financiado por fundos estruturais europeus, potenciou e ajudou a financiar iniciativas de empreendedorismo social para problemas sociais diagnosticados.

Participante FP: “O Portugal Inovação Social foi aqui a cereja em cima do bolo, como se costuma dizer. Porquê? Porque também potenciou e ajudou a financiar um conjunto de soluções para problemas que foram diagnosticados na cidade”. (...) O Portugal Inovação Social trouxe um ambiente também mais favorável para tornar muito mais presente e democratizar ou criar uma maior literacia daquilo que é de facto a inovação e o empreendedorismo social.”

Participante HL: “O Portugal Inovação Social deu um modo tão grande de mobilização, de alteração no que diz respeito à intervenção social com os problemas sociais, já o CIS Porto estava a fazer esse caminho, e isso permitiu que o ecossistema da cidade começasse a ser muito mais mobilizado.”

Um dos participantes salientou ainda o papel e a vontade política da Câmara Municipal relativamente às matérias de inovação e empreendedorismo social

Participante HT: “A vontade política e depois instrumentos nacionais como Portugal Inovação Social, foram aqui dois veículos que fizeram escalar e que fizeram acelerar este caminho.”

Atividades desenvolvidas, sustentabilidade e avaliação dos projetos

Todos os participantes salientaram que as suas atividades de inovação e iniciativas de empreendedorismo social são desenvolvidas com recurso a financiamento externo público.

Participante JM: “Tivemos como um dos projetos fundadores, um projeto que era sobre empreendedorismo social, financiado pelo Portugal Inovação Social.”

Participante LJ: “Através do projeto MIMO servimos 300.000 refeições/ano e temos um projeto de Yoga nas prisões.”

Participante CS: “Faço a gestão de todo o ciclo de vida de um projeto, desde o momento de identificação do fundo, apresentação da candidatura, articulação com parceiros e apoio à implementação”.

Os participantes referiram que a sustentabilidade financeira é uma das maiores preocupações das organizações da economia social.

Participante JM: “As estruturas do terceiro setor estão tão focadas em ser sustentáveis que se esquecem da parte da inovação, uma coisa anula a outra. Se cada instituição conseguisse ser financeiramente sustentável, se calhar não havia tantos projetos para cumprir o financiamento.”

Participante CO: “É preciso reconhecer o papel e a função social das organizações da economia social, bem como a questão da sua sustentabilidade financeira.”

Participante LR: “A dúvida entre o agir e o financiar aquilo que se vai fazendo, é o dilema constante das organizações da economia social.”

Alguns participantes elencaram a necessidade de avaliação de impacto dos projetos, como forma de aferir as mudanças sociais que podem ser atribuídas ao projeto.

Participante HT: “Nós estamos a desenvolver uma metodologia (...) que já tem algumas componentes, como a questão da avaliação de impacto.”

Participante JM: “Temos trabalhado em ligação com várias organizações aqui do Porto, na avaliação de impacto, nomeadamente em programas do Portugal Inovação Social.”

Participante HL: “Temos bons projetos a serem dinamizados na cidade do Porto, quando comparados com outros, até pelos impactos que pretendem ter e que se têm vindo a verificar.”

Um dos participantes reconhece a sociedade civil do Porto como sendo bastante ativa e disponível para ajudar, contudo faltam-lhes conhecimentos sobre o acesso a fundos de financiamento.

Participante LJ: “Há muita vontade da sociedade civil em ajudar, eles não sabem é como. Muitas ideias válidas que poderiam ser implementadas, e não são por falta de financiamento. E quando eu digo falta de financiamento, é não saberem onde ir procurar esse financiamento.”

Nesta linha, os participantes discutiram os papéis de responsabilidade e de intervenção do Estado, da sociedade civil e das empresas quanto à captação de financiamento para projetos de inovação e iniciativas de empreendedorismos social.

Participante LJ: “Por mais que queiram ajudar, as empresas têm os seus problemas e a sociedade civil tem tempo.”

Participante FM: “Os decisores políticos têm criado alguns instrumentos e algumas políticas para que se possa inovar na área social. Um dos grandes problemas das organizações sociais, é que durante a maior parte da sua vida tiveram um cliente, o Estado. (...) Eu vejo as organizações sociais com vontade de fazer coisas.”

Participante HL: “A questão não é a falta de vontade das empresas, numa lógica de responsabilidade social que as empresas têm para o fazer.”

Participante RP: “O papel das empresas, numa economia capitalista, é produzir bens e serviços que sejam socialmente úteis, e não o de financiar o setor da economia social. (...) O Estado financia-se com impostos. O problema da economia social é que o cliente não tem capacidade para pagar o custo efetivo do bem ou serviço que é posto à sua disposição (...). Isto é um problema prático de subfinanciamento crónico do setor. (...) As IPSS asseguram uma provisão de base pública em condições de “cost effectiveness” mais favoráveis do que a provisão pública. (...) O que é que fica dos projetos socialmente inovadores, cuja experimentação tem uma avaliação de impacto positiva, o que disto resulta em políticas públicas? Nada! (...) Não existe nenhum empresário que meta dinheiro num negócio social.”

Participante AT: “Na organização, não vemos as empresas tanto como doadoras, mas vemo-las como potenciais clientes.”

Participante FP: “Falta mais ambição, falta posicionarmo-nos de forma diferenciada naquilo que são os instrumentos financeiros.”

Participante HT: “Os projetos de empreendedorismo social são de um conjunto de cidadãos que se colocam ao serviço de resolver um problema social, e que sejam financiados em políticas públicas. A solução passa por projetos consolidados e com comprovado retorno para a sociedade, logo, o caminho natural e a solução será que seja um financiamento público.”

Participante LJ: “As empresas não estão tão abertas a apoiar iniciativas sociais, pois focam-se no lucro.”

Recursos necessários e Capacitação das organizações na utilização de recursos.

Os participantes aludiram o financiamento social como um dos recursos basilares para a inovação e implementação de iniciativas de empreendedorismo social. Contudo, mencionam que esse investimento deverá ser público, com uma maior agilidade nas linhas de financiamento, bem como existe a necessidade de apelar mais a participação dos privados.

Participante FM: “As empresas contribuíram para o setor social, em Portugal, 196 milhões, em 2021, sendo que 68% deste valor é das grandes empresas e 11% das microempresas.”

Participante HL: “Existem empresas do Porto que fazem um grande investimento social por serem projetos que estão a ser acompanhados pelo Portugal Inovação Social e porque são mobilizados pela Câmara para o fazer.”

Participante FM: “Temos de pensar como é que trazemos os privados de forma massiva.”

Participante AT: “É necessário uma maior agilidade nas linhas de financiamento.”

Referem os participantes que quando se aborda os temas da inovação e do empreendedorismo social existe falta de competências de gestão.

Participante FP: “Faltam competências de gestão a quem está no terreno, em termos de posicionamento e reflexão, daquilo que é o próprio ambiente e aquilo que se espera do setor social.”

Participante HL: “Possibilitar que as organizações da economia social capacitem os recursos humanos com competências de gestão.”

Participante FM: “Temos de robustecer as organizações sociais do ponto de vista financeiro e da capacidade de gestão.”

Participante AT: “O empreendedorismo social e a inovação social tem muito que aprender com as empresas, estas têm uma lógica de lucro. (...) E acho que aquilo que ainda nos falta, porque as nossas instituições são muitas vezes clássicas na sua forma de gestão e raciocínio.”

Um dos participantes sugeriu que existem, no Porto, imensos empresários com competências de gestão, que já se encontram reformados e que têm vontade e tempo para ajudar as organizações que se encontram focadas no seu trabalho diário, sem tempo para procurar linhas de financiamento nem pensar em gestão.

Participante LJ: “Por mais que as empresas queiram ajudar e a sociedade civil tenha tempo (principalmente os executivos reformados, e os há que têm imenso poder para ajudar, com conhecimentos e com vontade), portanto, eu acho que o Porto, como município, deveria utilizar mais esses recursos, que neste momento não está a fazer.”

Relacionamento e nível de cooperação e Comunicação e interligação entre atores.

Referem os participantes a necessidade de privilegiar o relacionamento entre atores e aumentar o nível de cooperação para proporcionar sinergias e participação ativa.

Participante FP: “O CIS Porto tem tido um papel essencial e tem funcionado como agente catalisador de sinergias da sociedade civil, dos agentes económicos e de um conjunto de parceiros sociais, estimulando o diálogo e a cooperação. (...) O Portugal Inovação Social trouxe um ambiente mais favorável para tornar mais presente e democratizar ou criar uma literacia daquilo que é de facto a inovação e o empreendedorismo social.”

Participante HT: “Estas iniciativas só farão sentido se as pessoas se reverem no problema. (...) Para grande surpresa, quando abrimos as portas a toda a gente, houve uma grande participação cívica relativamente à identificação e à discussão dos problemas sociais da cidade.”

Participante CO: “Tem sido muito importante o apoio que a Câmara tem dado. (...) Há a possibilidade de as entidades puderem fazer alguma coisa pelas comunidades de uma forma que vá de encontro à realidade.”

Participante FM: “A inteligência coletiva é sentarmos com diferentes agentes, de diferentes stakeholders à mesa e perceber como é que todos conseguimos construir e criar inovação.”

Participante LR: “Precisamos de colaboração e trabalhar em rede. Uma sugestão concreta que estamos a implementar é mudar o conceito de focus group para grupos de escuta. E qual o objetivo? Colocamos investidores a ouvir projetos e assim trazer a aproximação desejada.”

05. DISCUSSÃO

Os resultados exploram a perceção e a experiência dos participantes quanto às políticas de inovação que potenciam o dinamismo de iniciativas de empreendedorismo social existentes na cidade do Porto, enquanto reforço da criação de valor social.

Através deste estudo foi possível identificar o ecossistema da cidade do Porto quanto às políticas de inovação e iniciativas de empreendedorismo social. Deste ecossistema fazem parte dois atores públicos: a Centro de Inovação Social Porto (CIS Porto) e a Rede Social da Câmara Municipal do Porto. Os resultados demonstram que o programa Portugal Inovação Social, destinado à dinamização da inovação social e financiado por fundos estruturais europeus, potenciou e ajudou a financiar iniciativas de empreendedorismo social para problemas sociais, na cidade do Porto.

Os participantes do presente estudo reconhecem que as atividades de empreendedorismo social desenvolvidas pelas organizações da economia social da cidade do Porto são promovidas com recurso a financiamento público. Os mesmos salientaram o papel e função social destas organizações na resolução de problemas e as suas dificuldades no que respeita à sustentabilidade financeira.

Todos os participantes forem perentórios quanto à capacidade inovadora que as organizações da sociedade civil têm na cidade do Porto. Contudo, dado o carácter não lucrativo e imagem social subsistente de assistencialismo, estas organizações estão tão concentradas na sua sustentabilidade financeira, que não têm tempo nem recursos humanos disponíveis para procurar linhas de financiamento e, conseqüentemente, inovar e empreender. Neste sentido, os resultados demonstram também a falta de competências de gestão existente nestas organizações.

Os participantes discutiram ainda os papéis de responsabilidade e de intervenção do Estado e das empresas privadas quanto à captação de financiamento para projetos de empreendedorismo social na cidade do Porto. Se por um lado, têm sido criados instrumentos e políticas públicas para o empreendedorismo social, por outro lado, os projetos com avaliação de impacto social positivo não têm culminado em políticas públicas. Da mesma forma, que as empresas não se envolvem no apoio a projetos sociais, pois os seus objetivos são empresariais e não sociais.

Neste sentido, foi reconhecido o financiamento público como um dos recursos basilares para as iniciativas de empreendedorismo social, com uma necessidade de apelo à participação em causas/negócios sociais por parte das empresas. Para tal, o estudo demonstra ainda que será necessário privilegiar o relacionamento entre atores e aumentar o nível de cooperação para proporcionar sinergias e uma participação ativa efetiva.

Relevância para a teoria e para a prática

A forma tradicional de se fazer negócios apenas para obter lucro é cada vez mais desafiada pelo empreendedorismo social. Os governos têm adotado políticas de inovação e de empreendedorismo social, a academia têm dedicado muito dinheiro ao seu estudo e foram fundadas e reformuladas organizações sem fins lucrativos para incubar iniciativas de empreendedorismo social (Cho, 2006). Os resultados do presente estudo sobre as políticas de inovação que potenciam o dinamismo de iniciativas de empreendedorismo social, suportam alguns resultados da literatura existente (Johansson & Gabrielsson, 2021; Korsgaard & Anderson, 2011; OECD/European Commission, 2013; Wolk, 2007).

Por exemplo, foi constatado que o surgimento das iniciativas de empreendedorismo social, ainda que sejam um nicho de mercado, deve-se à falta de respostas às necessidades sociais de grupos a que, muitas vezes, as estruturas governamentais têm dificuldade de alcançar e que os privados não vislumbram lucro. Dada a magnitude das necessidades e o âmbito das despesas, os líderes governamentais enfrentam constantemente decisões difíceis sobre a forma de melhorar a vida dos seus constituintes e, ao mesmo tempo, utilizar de forma mais eficaz o dinheiro dos impostos. Os líderes governamentais e os empreendedores sociais partilham o interesse em identificar formas eficientes, eficazes e sustentáveis de resolver problemas sociais difíceis (Wolk, 2007).

Os resultados demonstram ainda que as iniciativas de empreendedorismo social desenvolvidas na cidade do Porto, diferem do empreendedorismo tradicional na sua missão principal de criar valor social em vez de gerar ganhos económicos privados (Ferreira et al., 2022; Gupta et al., 2020; Mair & Marti, 2006). O que tal acarreta desafios/barreiras para as organizações da economia social, nomeadamente no que concerne à sua sustentabilidade financeira (Parente, 2014).

A sustentabilidade é uma consideração muito importante para os empreendedores sociais e a tônica está a ser colocada na autossuficiência e na sustentabilidade financeira (Mthembu & Barnard, 2019). Se por um lado, a OECD/European Commission (2013) reforçavam que os obstáculos das organizações sociais diziam normalmente respeito a recursos financeiros, acesso aos mercados e estruturas de apoio; por outro lado, Phillips e Johnson (2021) referem que existe a disponibilidade de capital privado para organizações sem fins lucrativos, mas a procura ainda não está a corresponder à oferta. Contrariamente, os participantes deste estudo reforçaram como barreira à implementação de iniciativas de empreendedorismo social a necessidade de investimento social e captação de financiamento público e privado, bem como apelo à participação a causas sociais por parte das entidades privadas. Neste sentido, Lall e Park (2022) acrescentam que o investimento privado permite aos empreendedores sociais flexibilidade para investir noutros recursos, por exemplo, humanos, sem os forçar a perseguir objetivos financeiros a curto prazo. Consistente com a literatura, este estudo também demonstra que as competências e capacidades de gestão dos recursos humanos são outra barreira ao desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo social (Guerrero et al., 2021; Parente, 2014).

Por último, foi concluído pelos participantes a necessidade de se privilegiar o relacionamento, a cooperação e a comunicação entre atores para proporcionar sinergias e participação ativa. Vários são os estudos que suportam a necessidade de participação dos empreendedores sociais em múltiplos eventos de ligação em rede com diversos agentes do ecossistema para apoiar as suas intenções e comportamentos empresariais (Gonzalez & Dentchev, 2021; Guerrero et al., 2021).

A contribuição das iniciativas de empreendedorismo social pode ser aumentada através de políticas e estratégias de desenvolvimento económico regional que favoreçam o crescimento da escala e da eficiência das atividades (OECD/European Commission, 2013). Neste sentido, as nossas conclusões revelam que as condições mais favoráveis do ecossistema para o empreendedorismo social na cidade do Porto incluem (1) programas de subsídios/incentivos públicos, (2) investimento público/privado, (3) capacitação dos profissionais e das organizações, e (4) colaboração com múltiplos agentes públicos/privados (networking).

Do mesmo modo, as condições menos favoráveis incluem (a) a falta de fontes de financiamento privadas/públicas, (b) os recursos disponíveis e a sua capacitação, (c) a sustentabilidade financeira das organizações e (d) as relações formais/informais do ecossistema da cidade do Porto.

Limitações

Uma limitação deste estudo é o facto da amostra não ser tão diversificada como se pretendia, em termos de representatividade da comunidade local. Isto deveu-se ao facto de a amostra ter sido seleccionada pelo moderador do focus group. A investigação futura procurará recrutar uma amostra mais diversificada em termos comunitários. Futuros trabalhos também deverão explorar mais profundamente as semelhanças e diferenças nas opiniões e experiências dos participantes que desenvolvem iniciativas de empreendedorismo social e participantes que não desenvolvem.

Outra limitação prende-se com a centralidade do estudo na cidade do Porto. Futuros estudos deverão ser desenvolvidos noutras cidades do país para aferir similaridades ou divergências em termos de resultados.

Contributos: Todos os autores (GS, LS e RS) contribuíram para o planeamento do estudo. A análise foi conduzida por GS, LS e RS. A versão inicial do artigo foi escrita por LS. Todos os autores (GS, LS e RS) reviram o manuscrito e aprovaram a versão final para publicação. A UL-CUP é a garantia do artigo.

Financiamento: Esta investigação foi apoiada pelo Programa Active Citizens Fund e coordenado pela Fundação Calouste Gulbelkian.

Isenção de responsabilidade: Os financiadores não desempenharam nenhum papel na condução do estudo.

Envolvimento público: O público não esteve envolvido na conceção, na condução, na elaboração de relatórios ou nos planos de divulgação desta investigação.

Declaração de disponibilidade de dados: Os dados estão disponíveis mediante solicitação razoável. Restrições éticas relacionadas à confidencialidade dos participantes proíbem os autores de disponibilizar publicamente o conjunto de dados. Durante o processo de consentimento, foi explicitamente garantido aos participantes que os dados seriam vistos apenas pelos membros da equipa do estudo.

DISCUSSÃO

Para qualquer discussão sobre o conjunto de dados, entre em contato com o autor correspondente: RS (p7058@ulusofona.pt)

06. BIBLIOGRAFIA

Ashworth, R. E., McDermott, A. M., & Currie, G. (2019). *Theorizing from Qualitative Research in Public Administration: Plurality through a Combination of Rigor and Richness*. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 29(2), 318–333. <https://doi.org/10.1093/jopart/muy057>

Audretsch, D., Bönte, W., & Keilbach, M. (2008). *Entrepreneurship capital and its impact on knowledge diffusion and economic performance*. *Journal of Business Venturing*, 23(6), 687–698. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2008.01.006>

Barbour, R., & Kitizinger, J. (1999). *Developing Focus Group Research: Politics, Theory and Practice*. Sage Publications.

Charmaz, K. (2006). *Constructing Grounded Theory*. Sage, London, UK.

Cho, A. H. (2006). *Politics, Values and Social Entrepreneurship: A Critical Appraisal*. In *Social Entrepreneurship* (pp. 34–56). Palgrave Macmillan UK. https://doi.org/10.1057/9780230625655_4

Dees, G. (1998). *The Meaning of Social Entrepreneurship*. Duke Fuqua School of Business. Ferreira, A., Santos, C., Inácio, H., Costa, A. J., Bandeira, A. M., Tomé, B., Joaquim, C., Góis, C., Curi, D., Meira, D., Azevedo, G., Jesus, M., Teixeira, M. G., Monteiro, P., Duarte, R., & Marques, R. P. (2022). *Accountability in the Social Economy: The Case of Private Social Solidarity Institutions*. *Sustainability*, 14(3), 1147. <https://doi.org/10.3390/su14031147>

Freeman, C. (1992). *The Economics of Hope: Essays on Technical Change, Economic Growth and the Environment*. Pinter Publishers.

Gonzalez, A. D., & Dentchev, N. A. (2021). *Ecosystems in support of social entrepreneurs: a literature review*. *Social Enterprise Journal*, 17(3), 329–360. <https://doi.org/10.1108/SEJ-08-2020-0064>

Guerrero, M., Liñán, F., & Cáceres-Carrasco, F. R. (2021). *The influence of ecosystems on the entrepreneurship process: a comparison across developed and developing economies*. *Small Business Economics*, 57(4), 1733–1759. <https://doi.org/10.1007/s11187-020-00392-2>

Gupta, P., Chauhan, S., Paul, J., & Jaiswal, M. P. (2020). *Social entrepreneurship research: A review and future research agenda*. *Journal of Business Research*, 113, 209–229. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.03.032>

INE. (2022). *Estatísticas territoriais*. Instituto Nacional de Estatística.

Johansson, J., & Gabrielsson, J. (2021). *Public Policy for Social Innovations and Social Enterprise—What’s the Problem Represented to Be?* *Sustainability*, 13(14), 7972. <https://doi.org/10.3390/su13147972>

Korsgaard, S., & Anderson, A. (2011). *Enacting entrepreneurship as social value creation*. *International Small Business Journal*, 29(2), 135–151. <https://doi.org/10.1177/0266242610391936>

Lall, S. A., & Park, J. (2022). *How Social Ventures Grow: Understanding the Role of Philanthropic Grants in Scaling Social Entrepreneurship*. *Business & Society*, 61(1), 3–44. <https://doi.org/10.1177/0007650320973434>

Mair, J., & Marti, I. (2006). *Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight*. *Journal of World Business*, 41(1), 36–44.

Mthembu, A., & Barnard, B. (2019). *Social Entrepreneurship: Objectives, Innovation, Implementation and Impact on Entrepreneurship*. *Expert Journal of Business and Management*, 7(1), 147–177.

Nelson, R. R. (1991). *Why do firms differ, and how does it matter?* *Strategic Management Journal*, 12(S2), 61–74. <https://doi.org/10.1002/smj.4250121006>

OECD/European Commission. (2013). *Policy Brief on Social Entrepreneurship - Entrepreneurial Activities in Europe*.

Parente, C. (2014). *Empreendedorismo Social em Portugal*. Universidade do Porto - Faculdade de Letras.

Peredo, A. M., & McLean, M. (2006). *Social entrepreneurship: A critical review of the concept*. *Journal of World Business*, 41(1), 56–65. <https://doi.org/10.1016/J.JWB.2005.10.007>

Santos, L. (2010). *Empreendedorismo Social e Desempenho Organizacional: um estudo aplicado às organizações sem fins lucrativos*. *Revista Da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*.

Schwartz-Shea, P., & Dvora Yanow, D. (2012). *Interpretive Research Design: Concepts and Processes*. Routledge.

Shaw, E., & Carter, S. (2007). *Social entrepreneurship*. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 14(3), 418–434. <https://doi.org/10.1108/14626000710773529>

Skuras, D., Meccheri, N., Moreira, M. B., Rosell, J., & Stathopoulou, S. (2005). *Entrepreneurial Human Capital Accumulation and the Growth of Rural Businesses: A Four-Country Survey in Mountainous and Lagging Areas of the European Union*.

Thornberg, R. (2012). *Informed Grounded Theory*. *Scandinavian Journal of Educational Research*, 56(3), 243–259. <https://doi.org/10.1080/00313831.2011.58168>

Wolk, A. (2007). *Social Entrepreneurship and Government: A New Breed of Entrepreneurs Developing Solutions to Social Root Cause* (pp. 151–211). Massachusetts Institute of Technology.

+INFO SOBRE O PROJETO ICCA

